

OS 18 DO FORTE DE COPACABANA: história e lugar de memória

Andriete Cancelier*
Eduardo Rizzatti Salomão**

RESUMO

O artigo tem por objeto a revolta do Forte de Copacabana de 1922, consagrada pela historiografia brasileira como os “18 do Forte”. O texto interroga as interpretações sobre o contexto que desencadeou a rebelião e aprecia a narrativa do episódio, o conteúdo político e a sua conversão em lugar de memória.

Palavras-chave: 18 do Forte de Copacabana; Tenentismo; Lugar de memória.

THE 18 OF FORT COPACABANA: history and place of memory

ABSTRACT

The article is about the revolt of Fort Copacabana in 1922, consecrated by Brazilian historiography as the “18 of the Fort”. The text questions the interpretations about the context that triggered the rebellion and evaluates the narrative of the episode, its political content, and its conversion into a place of memory.

Keywords: 18 of Fort Copacabana; Tenentism; Place of memory.

LOS 18 DEL FUERTE DE COPACABANA: historia y lugar de memoria

RESUMEN

Este artículo tiene como objeto la revuelta del Fuerte de Copacabana de 1922, consagrada por la historiografía brasileña como los “18 del Fuerte”. El texto interroga las interpretaciones sobre el contexto que desencadenó la rebelión y aprecia la narrativa del episodio, su contenido político y su conversión en un lugar de memoria.

Palabras clave: 18 del Fuerte de Copacabana; Tenentismo; Lugar de memoria.

1 INTRODUÇÃO

Entre os eventos passados, há aqueles que agregam significados a extrapolar seu contexto histórico ao revestir-se da sacralidade conferida pela devoção a

* Mestranda bolsista em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-graduação do Centro Lúcio Costa/Iphan, com estágio supervisionado junto à Procuradoria Federal junto ao Iphan/RJ. Contato: ete.cancelier@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-4785-5511>

** Doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG). Contato: salomao.edu@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-1668-5078>

personagens e acontecimentos comemorados, reencenados e presentificados, constituindo-se, na definição de Pierre Nora (1993), em “lugares de memória”.

Da história da República Velha, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana consagrou-se no papel de evento singular, marcando a oposição à posse de Artur Bernardes e os primórdios do movimento tenentista. Decorridos 100 anos desses acontecimentos, somos levados a refletir sobre o passado de experiência e os caminhos percorridos na consolidação da memória política nacional.

Tendo os 18 do Forte como objeto, este artigo aborda o contexto histórico da agitação que desencadeou a rebelião e questiona os caminhos que conduziram a uma interpretação romântica do episódio, percorrendo o seu conteúdo político e a sua conversão em lugar de memória. Trata-se de um texto de caráter preliminar, apoiado no exame qualitativo de referenciais bibliográfico-documentais. A motivação do texto é guiada pelo propósito de trazer os 18 do Forte à cena atual, quando se aproximam as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, nele reconhecendo um dos episódios mais marcantes de 1922 quando do Centenário.

2 A CRISE POLÍTICA DE 1922

Quando das eleições de 1922, o pacto nomeado de política dos governadores, idealizado na presidência de Campos Sales, já havia dado claros sinais de esgotamento. A instável formação das alianças políticas se agravaria nos anos seguintes, pondo-se em cheque a aliança do “café com leite”, a unir precariamente São Paulo e Minas Gerais na alternância no poder (FERREIRA; PINTO, 2021). Nesse contexto, a cada quatro anos, quando das eleições, os conflitos regionais extrapolavam, configurando uma conjuntura de grave instabilidade a ameaçar a sucessão presidencial.

Para equacionar as disputas estaduais, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, adotou-se a chamada política das salvações nacionais, promovendo-se a interferência do executivo federal nos estados, no intuito de apoiar aliados. Essa ingerência ocorria justamente nos entes da federação onde as oligarquias eram menos capazes de reagir à máquina militar federal. No governo de Epitácio Pessoa dava-se fôlego a aliança entre Minas Gerais e São Paulo.

Em 1920, Hermes da Fonseca havia retornado ao Brasil após uma temporada na Europa. Sem bem disfarçar ambições políticas, o marechal alarmou as oligarquias regionais diante do entusiasmo de muitos militares com a possibilidade da sua candidatura. Ensaando sua retomada à cena política, Hermes da Fonseca foi eleito para presidir o Clube Militar. Entre acenos e desacertos, a preferência da oposição recaiu sobre Nilo Peçanha para o Catete, candidato civil que contava com maiores simpatias entre os caciques políticos e chefes militares.

Em tempos do final da Primeira Guerra Mundial, as transformações na composição social brasileira levaram ao crescente interesse da nova classe média

urbana na política. Esse setor da sociedade, como observou Boris Fausto, “tendia a apoiar figuras e movimentos que levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico”, defendendo “um governo capaz de levar à prática as normas da Constituição e das leis do país, transformando a República oligárquica em República liberal”. (FAUSTO, 2002, p. 305). No conturbado clima político dos anos 1920, a conjuntura nos estados era marcada pelo coronelismo, fruto do pacto federativo a dar maiores poderes aos governadores, sustentando um arcaico jogo de barganha a ter como maior moeda de troca o voto. A insatisfação crescia, sobretudo, entre as classes médias urbanas, na qual se inseriam os oficiais mais jovens, ávidos por mudanças que atendessem aos seus anseios de representação política e reorganização do estado brasileiro (CARVALHO, 2005).

As oligarquias estaduais de segunda grandeza, desejosas de assumir o executivo federal, igualmente questionavam os resultados das eleições, mas os motivos desses questionamentos eram diversos daqueles que exigiam eleições limpas, uma vez que os opositores lançavam mão do mesmo expediente a conspurcar os resultados dos pleitos (CARONE, 1971). Favoráveis a Nilo Peçanha, os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco uniram-se, sustentando a candidatura de oposição a constituir a chamada Reação Republicana, atraindo simpatias e o engajamento direto de muitos militares e das classes médias (PRESTES, 1993).

A agitação era crescente. No decorrer da campanha, discursos inflamados eram ouvidos em praça pública, deles participando ativamente oficiais, a fazer propaganda contrária ao candidato do governo. Dessa agitação se fizeram presentes militares do Exército e da Marinha, incluindo oficiais-generais em ativa campanha em favor de Nilo Peçanha (CARONE, 1971; SODRÉ, 1979).

Sem fugir do programado, o resultado da apuração dos votos foi favorável ao grupo situacionista, assentando no poder o ex-governador mineiro Artur Bernardes. Em vários quartéis, o clima era de insatisfação, em especial alimentada em face do episódio das cartas falsas atribuídas ao candidato. As missivas, a circular no segundo semestre de 1921, tiveram seu conteúdo publicado na íntegra pelo jornal *Correio da Manhã*, em edição de 11 de outubro, ascendendo os ânimos e provocando exaltadas proclamações que adentraram 1922. Nas cartas, Hermes da Fonseca era chamado de “sargento sem compostura” e “canalha”, lançando-se ofensas ao Clube e a classe militar (CARONE, 1971, p. 338-9).

Independente de um exame atento, as cartas foram avaliadas como verdadeiras por expressiva parcela dos integrantes do Clube Militar. O brio de muitos integrantes do Exército estava ferido, reconhecendo que o conteúdo das missivas enfatizava o desrespeito e o tratamento aviltante reservado à classe por ninguém menos que o próximo presidente da República.

A reação de muitos dos oficiais ofendidos refletia não somente a insatisfação com o resultado da disputa eleitoral, fruto da desconfiança sobre um sistema

marcado por fraudes, mas um gesto desejoso de mudanças na condução do país. Aspecto particularmente corporativo, os reclames dos fardados também repercutiam antigos ressentimentos provocados pelo desprestígio da carreira e o tratamento desatencioso dispensado por algumas lideranças civis aos assuntos da caserna, em que pese o então ministro da guerra, Pandiá Calógeras, empenhar-se em modernizar as Forças Armadas e atender muitas das demandas do generalato (CARVALHO, 2005).

3 OS 18 DO FORTE

Em 7 de junho de 1922, o Congresso Nacional sacramentava a proclamação de Bernardes como Presidente da República. A oposição tramava embaraçar a posse, marcada para 15 de novembro, enquanto alguns militares cogitavam apoiar a deposição de Epitácio Pessoa, contando com simpatias esparsas de dissidentes das oligarquias regionais e setores da população urbana. O clima era de franca agitação no Clube Militar, com acalorados embates entre militares mais jovens a acusar seus superiores de conivência com os desmandos do governo e, assim, compactuar com o jogo político a perpetuar velhas alianças no poder.

A quebra do decoro, revelando um clima de exaltação a insuflar a ruptura da disciplina e o desrespeito à hierarquia tinha curso. A ata da sessão do Clube Militar, datada de 24 de junho de 1922, registra o debate em torno das cartas falsas e acusações de toda ordem, revelando divisões irreconciliáveis entre os oficiais. O Tenente Gwaiier de Azevedo, tendo ao seu lado o Tenente Siqueira Campos, conclamava ao enfrentamento a um governo a enxovalhar a reputação do Exército: “Até quando sofreremos tão grandes ignomínias? Unamo-nos e teremos os aplausos da nação inteira, toda ela mais ou menos ferida pela perfídia, pela inépcia... (Protestos – Muito bem!) pela prepotência de um Presidente cretino, infame e déspota.” (SODRÉ, 1979, p. 205).

O governo de Epitácio Pessoa era defendido pelo General Setembrino de Carvalho e o Coronel Tertuliano Potiguara, ambos apontados por Gwaiier como protagonistas de supostos crimes, entre outras acusações disparadas contra outros oficiais governistas (SODRÉ, 1979). Ao final da sessão, o exaltado oficial afirmava estarem à porta da revolução, dando fecho ao registro que retratou o clima de indisciplina alimentado por um ambiente devotado aos embates políticos. Apreciado os acontecimentos, fica evidente que as palavras do Tenente Gwaiier não devem ser reconhecidas como isoladas, mas como a reverberar o eco das insatisfações de muitos membros do oficialato para com a situação política e a reconhecer como acomodados ou mesmo indignos de crédito alguns de seus superiores hierárquicos.

O clima de exaltação cresceu quando da utilização de tropas do Exército, pelo governo federal, para intervir politicamente em Pernambuco. O protesto lançado pelo Clube Militar provocou a reação do Catete, para isso contando com o apoio de chefes

militares. Decidiu-se por fechar o Clube, lançando-se mão de lei de 1921 voltada a coibir associações nocivas ou contrárias à sociedade, o que foi visto como mais uma afronta aos militares (FAUSTO, 2002). O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, apontado como líder do movimento contestador, era preso por 24 horas. Estivessem ou não devidamente programados para uma quartelada, o fechamento do Clube e a prisão do velho marechal levaram efetivamente ao desencadeamento da reação.

Na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, o dia 5 de julho de 1922 amanheceu com o rugir dos canhões da guarnição da bateria de artilharia do Forte de Copacabana. Confirmavam-se as notícias de véspera sobre o preparativo de um levante conduzido por oficiais do Exército e da Armada. Da Vila Militar, no subúrbio carioca, à Praia Vermelha, na Zona Sul, emanavam notícias sobre a rebelião. A marcha da Escola Militar do Realengo e a sublevação de quartéis da Vila Militar terminaram rapidamente sufocadas. Restou sob as mãos dos rebeldes a guarnição do Forte de Copacabana, comandada pelo Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal, tendo ao seu lado os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e outros militares que entrariam para a história como os integrantes dos “18 do Forte”.

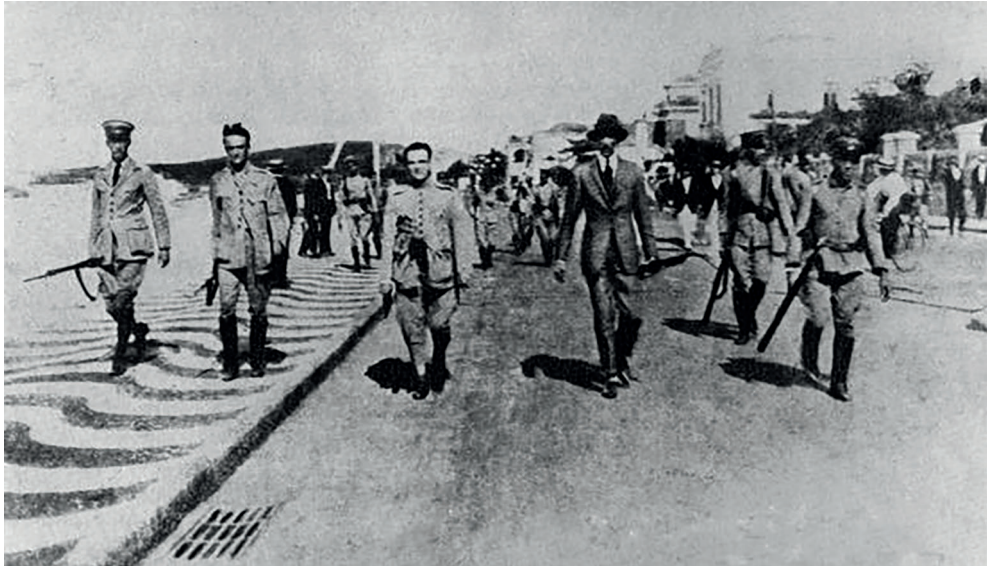
Na curta revolta, a se estender do dia 5 ao entardecer de 6 de julho, os rebelados deram vazão ao intento de enfrentar Epitácio Pessoa, efetuando disparos contra guarnições leais ao governo. A reação não tardaria, despejando-se sobre o forte, a partir da Fortaleza de Santa Cruz, pesada artilharia. O cerco se fechava, dando-se o ultimato: rendição ou massacre. Atendendo a chamado, o Capitão Hermes foi ao ministro da guerra para tratar das exigências de rendição dos rebelados, sendo assim atraído para uma armadilha e preso. Era removido um obstáculo para a investida final sobre a bateria do Forte de Copacabana, poupando o presidente da República de constrangimentos caso morresse na ação o filho do marechal que tanto prestígio ainda conservava entre o oficialato.

Siqueira Campos assumiu a liderança da rebelião, já desfalcada pelo consentimento da retirada daqueles que optassem por depor armas e salvar suas vidas. Entre os remanescentes vingou uma ideia verdadeiramente suicida: marchar ao encontro das tropas leais ao governo brandindo armas pela Avenida Atlântida. O gesto era dramático, sendo marcado por uma cerimônia de arriamento da bandeira nacional, no dia de 6 de julho, quando foram rasgados e distribuídos 29 pedaços do símbolo pátrio (HISTÓRIA, 1972).

O grupo deixou o Forte no meio da tarde, dispostos ao sacrifício. Na agitação dos acontecimentos, com ameaças pairando de todos os lados, houve dispersão, restando ao final algo entre 11 a 15 militares a marchar resolutos contra as forças federais (DONATO, 1996). Marcando a simpatia que o movimento provocou, a ele juntou-se o civil Octavio Augusto da Cunha Corrêa, gaúcho residente em Paris e de férias no Rio de Janeiro. Corrêa recebeu das mãos do Tenente Newton Prado uma carabina, passando a formar a icônica frente da marcha imortalizada pelo fotógrafo

Zenóbio Rodrigo Couto, da revista *O Malho*. À frente da composição estavam Eduardo Gomes, Mário Carpenter, Newton Prado (de pistola à mão), Octavio Corrêa e o soldado Pedro Ferreira de Melo.

Figura 1 – A marcha dos 18 do Forte de Copacabana, 6 de julho de 1922



Fonte: ACERVO O GLOBO, 2017. Foto por Zenóbio Rodrigo Couto¹.

Ao se defrontarem com as tropas legalistas, iniciou-se a troca de tiros que culminaria na chacina da praia de Copacabana. Entre tiros e o avançar das baionetas, os rebeldes sucumbiram um após outro, mortos na areia ou posteriormente em agonia no hospital. Do evento fatídico, sobreviveriam os tenentes Siqueira Campos, uma das lideranças mais destacada do tenentismo e que morreria em acidente aéreo nas gélidas águas do Rio da Prata no prelúdio da Revolução de 1930, e Eduardo Gomes, que chegaria ao posto de Brigadeiro da Força Aérea e concorreria, em mais de uma ocasião, ao cargo de presidente da República.

4 LUGAR DE MEMÓRIA, LUGAR DE POLÍTICA

Atendendo a caprichosa memória nacional, a marcha dos rebeldes do dia 6 de julho de 1922 passou à história como os “18 do Forte”, constituindo-se em referência simbólica da ousadia de jovens que aceitaram sacrificar suas vidas a uma

¹ Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/marcha-dos-18-do-forte-de-copacabana-e-o-rio-de-5-de-julho-de-1922> . Acesso em 15/04/2022.

causa ainda em gestação. O que teria provocado essa decisão aparentemente tão insensata? O cenário leva a crer que, para além de qualquer especulação sobre o convencimento político de que o sacrifício em curso repercutiria nos anos seguintes, constituindo-se em martírio em nome do movimento, há um componente demasiadamente humano nessa aventura: a rebeldia de uma juventude a querer fazer valer sua voz, num ato típico dos românticos.

A apreciação anterior pode ser percebida como demasiada simpática a um gesto cercado de insensatez, mas não é esse o intento dos autores deste texto. O que se deseja é enfatizar que a história das sociedades não é feita somente de cálculos pretensamente racionais por parte de movimentos políticos organizados ou de transformações econômicas, guerras e revoluções. Não há história “descarnada”, pois pesa na balança das ações a transformar uma época os sentimentos pessoais, a identificação com uma classe e suas angústias, o impulso contestador, o gosto pela aventura e o desejo de participar de algo percebido como maior que a própria vida.

Nos dias a anteceder o levante do Forte de Copacabana eram dados sinais de que contariam com a participação de lideranças mais antigas. Diante da desorganização do movimento ou mesmo da capacidade de mobilização de tropas fieis ao governo, o possível apoio de coronéis e oficiais-generais pulverizou-se. Deflagrada a luta, os tenentes e seus comandados foram deixados à própria sorte por aqueles indispostos a assumir os custos de uma infrutífera rebelião (CARVALHO, 2005).

Nos anos seguintes, militares de postos elevados seriam procurados para assumir formalmente a liderança do movimento no intuito de dar-lhe respaldo, como ocorrido em São Paulo em 1924, quando contaram com o General Isidoro Dias Lopes. Isso, entretanto, não significou uma subordinação estrita em termos políticos, de forma que os tenentes assumiriam a defesa dos próprios propósitos e seguiriam adiante em seu intento de desafiar o poder. Como demonstra a composição da Coluna Miguel Costa-Prestes (1925-1927), o tenentismo seria caracterizado pela manifestação de jovens oficiais nos postos iniciais da carreira, não mais constituindo um pronunciamento dependente ou atrelado ao topo da hierarquia (CARVALHO, 2005).

Na atualidade, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana é rememorada como evento heroico e conta, a favorecer a sua preservação, com a manutenção do antigo sítio militar onde se desencadeou os eventos, local integrado ao Museu Histórico do Exército, correspondendo à definição de que são lugares de memória os templos, museus, bibliotecas, panteões, estátuas, mas também datas e eventos comemorativos a integrar rituais festivos consagrados a atualizar a memória da nação (NORA, 1993).

Se a bateria perdeu a finalidade operativa, em termos de guarnição de artilharia de costa adestrada para ação em combate, os canhões Krupp, hoje silenciados, integram um conjunto arquitetônico valioso, preservando uma

notável obra de engenharia militar a contar com o privilégio dos encantos da visão panorâmica da praia de Copacabana e do Atlântico a banhar as praias cariocas. Comemorada e reatualizada, a revolta a culminar com o gesto fatídico do dia 6 de julho de 1922 foi encenada em 1976, marcando a renovação do valor simbólico da memória do tenentismo para a história do Exército Brasileiro.

Figura 2 – Os 18 do Forte em 1976



Fonte: ACERVO O GLOBO, 2017.

A biografia de Siqueira Campos e de outros membros do tenentismo foram enaltecidas como referenciais de heróis de uma juventude rebelde (HISTÓRIA, 1972), da qual surgiram personagens singulares a retratar uma geração de militares a marcar a política nacional até meados de 1960. Note-se que os antigos tenentes seriam reintegrados ao Exército e promovidos, ocupando posição de figuras proeminentes no Estado Novo e no regime inaugurado em 1964.

Outro aspecto notável é reconhecer que a mesma instituição a celebrar a memória da revolta dos 18 do Forte, episódio a marcar o desafio ao poder constituído e afrontar a hierarquia e a disciplina militar, é a que enaltece a biografia de oficiais legalistas e adversários dos tenentes de 1922, a exemplo dos consagrados generais Setembrino de Carvalho e Tertuliano Potiguar, como evidencia a publicação *História do Exército Brasileiro* (1972). Seria isso uma contradição? Pode-se concluir que, não tivessem vários tenentes de outrora ascendido ao poder quando da Revolução de 1930, e sobrevivido, politicamente, até os anos 1960, galgando elevados postos na hierarquia militar e na política, muito provavelmente os rumos da construção memorialística do Exército seriam outros, não sendo impróprio

pensar que a façanha dos 18 do Forte fosse recordada com menos entusiasmo ou mesmo desestimulada a sua comemoração, posto que um lugar de memória também é um lugar de política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para os desdobramentos do movimento tenentista dos anos 1920, a ter na revolta dos 18 do Forte seu símbolo primordial, é reconhecido que a sua composição abrangia militares de diversas graduações e postos iniciais da carreira, agregando também civis, de forma que não era um movimento exclusivo de tenentes ou capitães.

Por que o Exército atrairia, naqueles tempos conturbados, tantos anseios das classes desejosas de mudanças na esfera política? Afonso Arinos de Melo Franco observara que, na ausência de partidos políticos aptos a reunir os insatisfeitos, “o Exército – ou a parte revolucionária dele – constitui-se numa espécie de partido político renovador, que, não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis derrotadas e descontentes para guiar pelas armas” (PRESTES, 1993, p. 77). Arinos interpreta um contexto de baixa representatividade política, em tempos de transformações da composição social urbana a exigir novas formas de expressar os anseios de classe.

A pauta do grupo enfatizava o propósito de moralizar a política, com a adoção do voto efetivamente secreto, a criação da justiça eleitoral e propunha derrubar as oligarquias então no poder, agenda que atraía a simpatia e a adesão de extratos médios da sociedade ao movimento. Essa afirmação, a nosso ver, não pode ser recepcionada como que a identificar automaticamente os tenentes como representantes dos anseios da classe média urbana, sendo mais certo que representavam a sua própria pauta corporativa e interesses. Quanto ao operariado e outros setores populares, não ocorreria qualquer esboço sério de uma união de propósitos, de forma que o tenentismo efetivamente se divorciou de demandas de classes sociais de menor extração (FAUSTO, 2002).

No que toca a definição política, Anita Leocádia Prestes (1993) bem expressou ser demasiado limitada à percepção a desejar situar o movimento à direita ou à esquerda do espectro político. Os “tenentes” eram progressistas em seus termos, patriotas certamente, simpáticos alguns ao liberalismo anglo-saxão, admiradores da sociedade europeia e mesmo havia os interessados no socialismo, mas seria impróprio dar rótulo a um movimento de caráter, sobretudo, militar onde os valores eram postos em termos muito diversos dos das grandes ideologias que se afirmariam no Brasil nos anos seguintes. Findo o movimento propriamente tenentista, seus integrantes, no transcurso dos anos 1930, rumaram para campos políticos opostos.

O movimento de 1924, quando da rebelião tenentista promovida em São Paulo, aos motins em diversos quartéis, com destaque para os do Rio Grande do Sul, levaria a formação da aliança que resultou na constituição da Coluna Miguel

Costa-Prestes que, mesmo depois de dispersa no exílio boliviano, preservaria capacidade de mobilização, despertando simpatias a unir civis e militares. O governo de Bernardes manteria o país em regime de verdadeira exceção, prendendo opositores e desafetos, valendo-se do dispositivo de estado sítio. As agitações seguiram até a Revolução de 1930 a derrubar Washington Luís, apoiada por muitos tenentes a se somar as forças mobilizadas por Oswaldo Aranha em apoio a Getúlio Vargas.

A Revolução de 1930 não foi produto de uma expressão do movimento tenentista, mas dele se serviria. Aos outrora tenentes Juarez Távora e Cordeiro de Farias, entre outros, interessava que o movimento acolhia muito dos reclames da Coluna (CAMARGO; GÓES, 2001). Outros reconheceriam na adesão de antigos camaradas a Vargas uma contradição irreconciliável, destacando-se o Capitão Luís Carlos Prestes, que logo se converteria na principal liderança do movimento comunista brasileiro (PRESTES, 1993).

Sobre o legado do movimento tenentista, não mais em seu sentido original, é oportuno observar a atuação do ministro da guerra de Vargas, General Goés Monteiro, a impulsionar a visão que acompanharia o militares nos anos seguintes. Goés formularia as bases do intervencionismo assumido pela instituição, voltando-se agora a pensar a política feita pela cúpula, tendo por premissa “fazer a política do Exército e não a política no Exército”. (CARVALHO, 2005, p. 42). José Murilo de Carvalho reconheceu que Góes Monteiro lançava a “ideologia do poder moderador” que marcaria o Estado Novo e além, expressando uma combinação do intervencionismo tenentista com a reforma das transformações estruturais aplicadas no organismo militar (CARVALHO, 2005, p. 42).

Os tempos eram outros e os arroubos dos tenentes dos 18 do Forte ficariam na memória nacional como um feito de época, a valorizar a valentia e a intrepidez de camaradas de armas. O gesto político de 1922 serviria como referencial a justificar a fase de conflito dos anos posteriores e seria explorado ao sabor do momento, por vezes convenientemente ignorando lições de uma época em que divisões políticas levadas para dentro do Exército promoviam rupturas a ameaçar a integridade das Forças Armadas, ilustrando que a memória é “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações”. (NORA, 1993, p. 9).

REFERÊNCIAS

A INOLVIDAVEL data de amanhã e a gloriosa alucinação dos bravos de Copacabana e da revolução de 1924. *O Globo*, [Guanabara], ano 3, n. 702, 04 jul. 1927. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dia-5-de-julho-de-1922-levantados-18-do-forte-de-copacabana-marca-tenentismo-21537055#ixzz7P> . Acesso em: 20 jul. 2022.

CAMARGO, Aspásia, GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – O Brasil Republicano (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO v. 3. Brasília: Ministério do Exército, 1972.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.